

## **PATRIMÔNIO NATURAL**

Maximizar potencialidades e respeitar restrições é o princípio que tem orientado a atuação do Governo do Estado em relação à gestão do patrimônio natural da Bahia. Difusa por todas as áreas de atuação governamental, essa diretriz vem se materializando num elenco de ações, traduzindo a determinação com que o atual Governo assumiu um dos seus mais desafiantes compromissos, qual seja o de promover a melhoria da qualidade de vida da população, por meio do desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Em articulação com o Governo Federal, municípios, organismos internacionais, empresas, centros de pesquisa, representações formais e informais da sociedade civil e órgãos colegiados, o Estado vem buscando oferecer respostas ágeis e eficazes às demandas que se apresentam no cotidiano, relativas à recuperação, preservação e fomento das biomassas nativas e plantadas, à conservação e utilização racional dos corpos de água e ainda quanto à fiscalização, monitoramento, controle e punição de práticas predatórias.

Referência nacional em legislação e políticas públicas ambientais, o poder público na Bahia manifestou, pioneiramente, sensibilidade à questão ambiental na década de 70, quando da implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, com a criação do Conselho Estadual de Proteção Ambiental – Cepram. Em 2005, o Estado logrou um novo e significativo avanço nessa área, ao promover a integração e o aprimoramento de instrumentos legais específicos, a saber, as propostas para a Política Estadual do Meio Ambiente, Política Estadual de Proteção à Biodiversidade, além da Política Estadual de Recursos Hídricos.

A agenda ambiental traz como destaques este ano a criação de uma nova estação ecológica, na bacia do Rio Preto; a proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico para o Litoral Norte, Extremo Sul e Oeste; o plano de manejo para o Parque Estadual da Serra do Conduru; o incentivo a prefeituras e produtores para a criação de florestas produtivas, além das ações de defesa e promoção da biodiversidade em 36 unidades de conservação, que abrangem 3,3 milhões de hectares, correspondendo a 5,9% do território baiano. Cabe destacar que a gestão dessas áreas vem se dando com a participação da sociedade, através dos Conselhos Gestores, já estruturados em 21 unidades, e com o aporte de diagnósticos ambientais próprios, que já subsidiam 18 unidades.

A preservação e utilização racional da água incluem-se entre as prioridades do Governo do Estado, visto encontrar-se grande parte do território baiano na região semi-árida. Em 2005, registraram-se avanços no campo ainda recente da outorga do direito de uso, que possibilitarão o início da cobrança do uso de água bruta de reservatórios e fonte superficiais e subterrâneas de domínio estadual a partir de 2006, com receita a ser revertida para a o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – Ferhba.

A revitalização ambiental do Rio São Francisco mereceu especial atenção em 2005, face à possibilidade de execução, pelo Governo Federal, do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional do país. Além do provimento das condições técnicas e institucionais para a atuação do colegiado responsável pelas ações de revitalização, o Governo baiano enviou esforços e recursos na execução do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável para a

região do lago do Sobradinho, iniciativa de enfoque multidisciplinar, que compatibiliza aspectos de desenvolvimento social com a qualidade ambiental.

## AGENDA AMBIENTAL

### Gestão de Recursos Naturais e de Ecossistemas

O Projeto de Gestão de Recursos Naturais e de Ecossistemas proporciona, a curto e médio prazos, mecanismos mais eficazes para maior objetividade nas ações de geoprocessamento, que são: elaboração de levantamentos florestais; adoção de manejos adequados para o uso do solo; elaboração de projetos de pesquisa e de recomposição ambiental; emissão de Anuência Prévia; e criação de espaços protegidos.

**Atividades de Geoprocessamento** – Compreendendo o geoprocessamento como o conjunto de tecnologias destinadas à coleta, processamento, análise e disponibilização de informação e dados georreferenciados, e, desta forma, constituindo-se em ferramenta para tomada de decisões, foram cumpridas as seguintes atividades:

- Atualização do Banco de Dados do Setor Florestal por Unidades de Conservação – UC, município e por regiões geoeconômicas;
- Atualização do Mapa das Unidades de Conservação no âmbito do Estado da Bahia;
- Elaboração do Mapa da Cobertura Vegetal da Bacia do Rio Paraguaçu, objetivando subsidiar as ações do projeto "Nascentes do Paraguaçu", integrante do Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II;
- Produção de 40 mapas municipais de vegetação;
- Atendimento às solicitações relacionadas à geração de aproximadamente 600 mapas (mapas referentes a zoneamentos das Unidades de Conservação, localização de empreendimentos dentro das Unidades de Conservação e mapa de propriedades e posses dos processos de regularização fundiária do Parque Estadual da Serra do Conduru), para inserção dos mesmos nos processos de Anuência Prévia e Relatórios Técnicos de Viagens;
- Produção de informações do setor florestal usando como unidade de planejamento as Bacias Hidrográficas do Estado;
- Gerenciamento do Banco de Dados da Cobertura Vegetal do Estado da Bahia visando a produção de informações quantitativas, objetivando disponibilizá-las para organizações governamentais e não-governamentais;
- Desenvolvimento do Aplicativo Geoflora, o qual disponibiliza via internet, as informações da cobertura vegetal do Estado;

***Subsídios técnicos ao Comitê da Reserva da Biosfera do Bioma da Caatinga***  
*Projeto Biota Bahia; Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado; Mapeamento dos Remanescentes da Caatinga no Nordeste – Probio/Uefs; Projeto Caatinga/Bahia – Ceará, aprovado pelo Fundo de Meio Ambiente Global – GEF; Regularização fundiária do Parque Estadual da Serra do Conduru e Redefinição da Poligonal da Área de Relevante Interesse Ecológico – Arie da Serra do Orobó*

- Estudos preliminares visando à contratação de consultoria especializada para atualização do ZEE da APA do Litoral Norte;
- Abertura de processo de licitação visando contratar empresa especializada para desenvolvimento do Módulo II do Aplicativo Geoflora.

**Produção de Anuência Prévia** – Foram desenvolvidas atividades de vistoria técnica em 180 empreendimentos localizados em Unidades de Conservação, objetivando emissão de Parecer Técnico e concessão de Anuência Prévia, ou seja, o documento legal emitido para toda atividade, passível ou não de licenciamento ambiental, desenvolvida dentro de Unidades de Conservação sob administração da SEMARH, em consonância com o Zoneamento Ecológico-Econômico da Unidade.

**Criação de Espaços Protegidos** – Objetivando identificar e ratificar através de estudos específicos, as potencialidades ambientais de determinado território para a implantação de unidades de conservação legalmente instituídas pelo poder público, a SEMARH vem desenvolvendo ações para criação de espaços protegidos.

### **Fomento Florestal Integrado**

Nas regiões do Sudoeste e Oeste da Bahia está sendo incentivada a implantação de florestas produtivas pelos pequenos, médios e grandes produtores rurais que estão se beneficiando do crédito de volume florestal, documento emitido pela SEMARH, utilizado como forma de comprovação do cumprimento da reposição florestal pelos consumidores de produtos florestais ou do plano de auto-suprimento dos grandes consumidores, assim

#### **ESPAÇOS PROTEGIDOS – AÇÕES REALIZADAS**

- Criação da Estação Ecológica do Rio Preto – Formosa do Rio Preto/Santa Rita de Cássia
- Estudo de viabilidade para criação da APA municipal de São Desidério
- Estudo das potencialidades ambientais do entorno das barragens de Ponto Novo e Pindobaçu, visando criar espaços protegidos
- Realização de estudos para criação de Unidade de Conservação na área de influência dos municípios de Jequiçá, Ubaíra e Amargosa
- Estudos visando à criação de espaço protegido nos municípios de Santa Bárbara, Coribe, Barra, Santo Antônio de Jesus, Jequié, São Francisco do Conde, Aporá, Jacobina, Cafarnaum e Santa Brígida
- Estudos para criação do Monumento Natural dos Cânions do Subaé – Santo Amaro
- Estudos para criação de espaço protegido no Projeto Salitre/Codevasf – Juazeiro
- Estudos para criação da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Preto
- Estudo das potencialidades ambientais do entorno da barragem do Rio da Dona e Serra da Jibóia, visando a criação de espaços protegidos – Santo Antônio de Jesus
- Estudos para criação do Monumento Natural dos Morros do Pai Inácio e do Camelo, em Palmeira

como da linha de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste FNE-Verde, operado pelo BNB e Desenhahia.

Além disso, o Governo do Estado realizou uma série de eventos voltados para fortalecimento do agronegócio florestal, atividade integrante do Programa Florestas para o Futuro, nos municípios de Salvador, Cândido Sales, Riacho de Santana, Itabuna, Barreiras, Gandu e Senhor do Bonfim. Participaram desses eventos produtores rurais, empreendedores do agronegócio, agrônomos, engenheiros florestais, técnicos e extensionistas dos diversos órgãos estaduais, universitários, dentre outros, que obtiveram informações sobre linhas de crédito e financiamento, extensão florestal, silvicultura, legislação ambiental, além da adequação ambiental das propriedades rurais.

Visando a implantação e execução do Programa Florestas para o Futuro, que tem como objetivo o fomento florestal no Estado, a SEMARH assinou protocolo de cooperação com as prefeituras de Cândido Sales, Condeúba, Palmas de Monte Alto, Encruzilhada, Jacaraci, Mortugaba, Cordeiros e Piripá. Foram capacitados 20 técnicos para preparação de processos de regularização florestal e registro de atividades florestais.

## **Desenvolvimento Florestal**

**Apoio ao Desenvolvimento Florestal – Pronaf Florestal** – No âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf Florestal, o Governo do Estado, através da SEMARH, está prestando assistência técnica ao pequeno agricultor, em subprojetos voltados para silvicultura com espécies nativas e/ou exóticas e sistemas agroflorestais para 200 agricultores familiares, nos municípios de Amar-

gosa, Aratuípe, Cachoeira, Cruz das Almas, Elísio Medrado, Itaquara, Jaguaquara, Nazaré, Santo Amaro, Ubaíra, Valença e Wenceslau Guimarães.

Foram implantados dois viveiros florestais nos municípios de Ubaíra e Itaquara visando à produção de 500 mil mudas de espécie de rápido crescimento que atenderão a demanda dos agricultores que adquirirem crédito pelo Pronaf Florestal.

### **Floresta para o Futuro – Essências da Mata Atlântica**

– O Governo do Estado assinou novo contrato com o Instituto Biofábrica de Cacau, para a produção de 500 mil mudas de espécies florestais nativas, exóticas e frutíferas, além de espécie de rápido crescimento. As mudas serão utilizadas na implantação dos projetos de recuperação de matas ciliares dos principais rios da Bacia do Leste, e distribuídas para os produtores rurais cujas propriedades estão inseridas no bioma da Mata Atlântica, procurando suprir o aumento da demanda por produtos florestais, regularizando plantios em áreas de reservas legais e áreas de preservação permanente, diminuindo, assim, a pressão sobre os remanescentes de mata nativa.

**Regularização Florestal** – Visando promover a regularização florestal de imóveis rurais no Estado, em atendimento aos dispositivos legais que tratam sobre reservas legais, áreas de preservação permanente e cadastro florestal de imóveis rurais, foram analisados processos e emitidos mais de 200 certificados de aprovação de reserva legal, servidão florestal, cadastro florestal de imóveis rurais, além de certificados de termo de responsabilidade ambiental.

Para disciplinar a produção, extração, exploração, uso, consumo e comercialização de produtos e

subprodutos florestais através das autorizações de supressão de vegetação, de execução de planos de manejo e de corte de florestas plantadas, está sendo implementado o cadastramento e registro florestal de atividades e empreendimentos já tendo sido analisados e emitidos 500 Registros de Atividades Florestais. Com isso, pretende-se monitorar a dinâmica da cadeia produtiva e consumidora de produtos florestais, visando gerar os dados estatísticos necessários para as tomadas de decisão no que se refere ao estímulo ao reflorestamento ou manejo florestal, como forma de atender ao mercado consumidor.

Com referência ao instrumento de controle de transporte de produtos florestais, foi desenvolvido o Sistema de Carimbo Eletrônico de Controle de Produtos Florestais, e, em parceria com a Secretaria da Fazenda – SEFAZ, foi criada a nota fiscal eletrônica. O sistema, inédito no Brasil, foi desenvolvido em ambiente web, facilitando o acesso dos usuários e dando impessoalidade e proteção às



Corredores Ecológicos – Rio Una

informações, assegurando o monitoramento dos produtos florestais desde sua origem até os consumidores ou utilizadores finais.

### **Defesa e Promoção da Biodiversidade**

Com 37 unidades de conservação, a Bahia conta com 3.343.462 hectares de área protegida, o equivalente a 5,9 % da área total do Estado.

No litoral Sul da Bahia, na região do Parque Estadual da Serra do Conduru – Pesc no trecho denominado Mata da Torre, encontra-se a área com maior número de espécies arbóreas de todo o Brasil, a qual provavelmente está entre as três áreas do mundo com maior diversidade. Foram encontradas 144 espécies arbóreas em uma área de apenas 1.000 m<sup>2</sup>, o que se constitui em um recorde brasileiro. A descoberta foi feita quando da elaboração do Plano de Manejo do parque.

Como uma das áreas núcleo do Corredor Central da Mata Atlântica – CCMA e prioritária para

#### **DESENVOLVIMENTO FLORESTAL**

- *Regularizados 175 imóveis rurais*
- *Distribuídas 1.000.000 de mudas de eucalipto para implantação de maciços florestais para fins energéticos*
- *Distribuídas mais de 1.000.000 de mudas de espécies florestais nativas, exóticas e frutíferas em propriedades rurais*
  - *26.600 hectares reconhecidos como área de Reserva Legal*
  - *9.000 hectares reconhecidos como área de Servidão Florestal*

conservação da biodiversidade em decorrência dos altos níveis de endemismos e riqueza de espécies, o Parque Estadual Serra do Conduru, localizado no Sul da Bahia, inserido nos municípios de Itacaré, Uruguá e Ilhéus, foi escolhido como área para o desenvolvimento do curso de Biologia da Conservação como parte das atividades da disciplina "Ecologia Animal" da Universidade Federal da Bahia - Ufba.

Esta iniciativa contou com a participação dos técnicos e gestores da SEMARH no apoio e subsídios nas atividades de campo, dentre elas a realização de trilhas e visitas a diversos ambientes a exemplo da Mata da Torre e do Campo Cheiroso na APA Itacaré - Serra Grande, assim como, proferindo palestras sobre a problemática da gestão desta UC. Através da parceria com o Instituto Floresta Viva, foi discutida a atuação da sociedade civil no apoio à gestão do parque, apresentando ações de recuperação de áreas degradadas em parceria com os posseiros do parque.

Estas atividades fortalecem o relacionamento entre as instituições públicas de ensino e as de gestão de UCs, consolidam o Pesc como um laboratório para realização de atividades didáticas e de pesquisas, contribuindo ainda para a formação dos profissionais para o enfrentamento dos desafios inerentes à gestão e conservação da biodiversidade.

Dentre outras atividades para defesa e promoção da biodiversidade foram realizadas pelo Cepam visitas técnicas a localidades escolhidas para instalação de empreendimentos em fase inicial de licenciamento, ampliando a discussão com diversos segmentos que integram o conselho, bem como a sociedade civil do local da implantação do empreendimento ou atividade, objetivando sempre o desenvolvimento de forma sustentada, em

variadas regiões do Estado da Bahia, notadamente as inseridas no Corredor Central da Mata Atlântica e Semi-Árido baiano.

### **Regularização Fundiária do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru –**

Em 2005, com a conclusão do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru, ferramenta de gestão da UC, e com apoio do projeto Corredores Ecológicos da Mata Atlântica, foram indicadas as prioridades referentes à regularização Fundiária.

O processo de regularização fundiária está em andamento, sendo procedidas as reavaliações dos Laudos de Identificação Rural dos imóveis, com recolhimento de documentos das áreas e dos proprietários e posseiros, visando à conclusão dos processos de desapropriação e indenização.

Foi concluído o levantamento topográfico de mais de 500 hectares, alcançando um total de 1.783,7 hectares de área regularizada.

## **GESTÃO AMBIENTAL**

### **Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepam**

O Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepam, órgão máximo do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais – Seara atuando há 32 anos com o objetivo de promover o avanço na gestão ambiental na Bahia, em 2005 fez a análise de 159 processos de diversas naturezas (ressalta-se que alguns processos entram na pauta duas ou três vezes) aprovando 144, sendo destes 96 para licenciamento ambiental, demonstrando um amadu-



recimento dos mesmos; responsabilidade para com a gestão ambiental do Estado; e respeito ao nível de exigência do órgão.

O Cepam discutiu e editou normas disciplinando o Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas – Ceea, definiu a forma de funcionamento das Câmaras Técnicas que atuarão no âmbito do Conselho, estabeleceu a forma de atuação do Estado da Bahia no combate à atividade ilegal de produção de carvão vegetal e definiu parâmetros para a dispensa de licenciamento ambiental para pequenos barramentos.

### **Áreas Protegidas – Unidades de Conservação**

Áreas protegidas ou unidades de conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público. Seus objetivos de conservação e limites definidos possuem regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

O Mapa I informa os sete Sistemas de Áreas Protegidas existentes na Bahia e o Quadro I apresenta as ações realizadas em cada sistema neste exercício.

Seguindo as diretrizes do SNUC, as Unidades de Conservação dispõem de Conselho Gestor – CG, que contribuirá com a gestão da Unidade de Conservação. O ano de 2005 foi particularmente importante para consolidar este instrumento de gestão das Unidades de Conservação, que é o Conselho Gestor. Cumprindo ainda a legislação ambiental foi contratada a elaboração dos Diagnósticos Ambientais e dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos, documentos técnicos norteadores da gestão das Unidades que ainda não os possuem.

O projeto de Gestão de Unidades de Conservação tem dentre seus objetivos implementar os instrumentos de gestão das unidades estaduais. Nesse contexto, durante o exercício de 2005, este projeto foi direcionado no sentido de fortalecer os seguintes instrumentos:

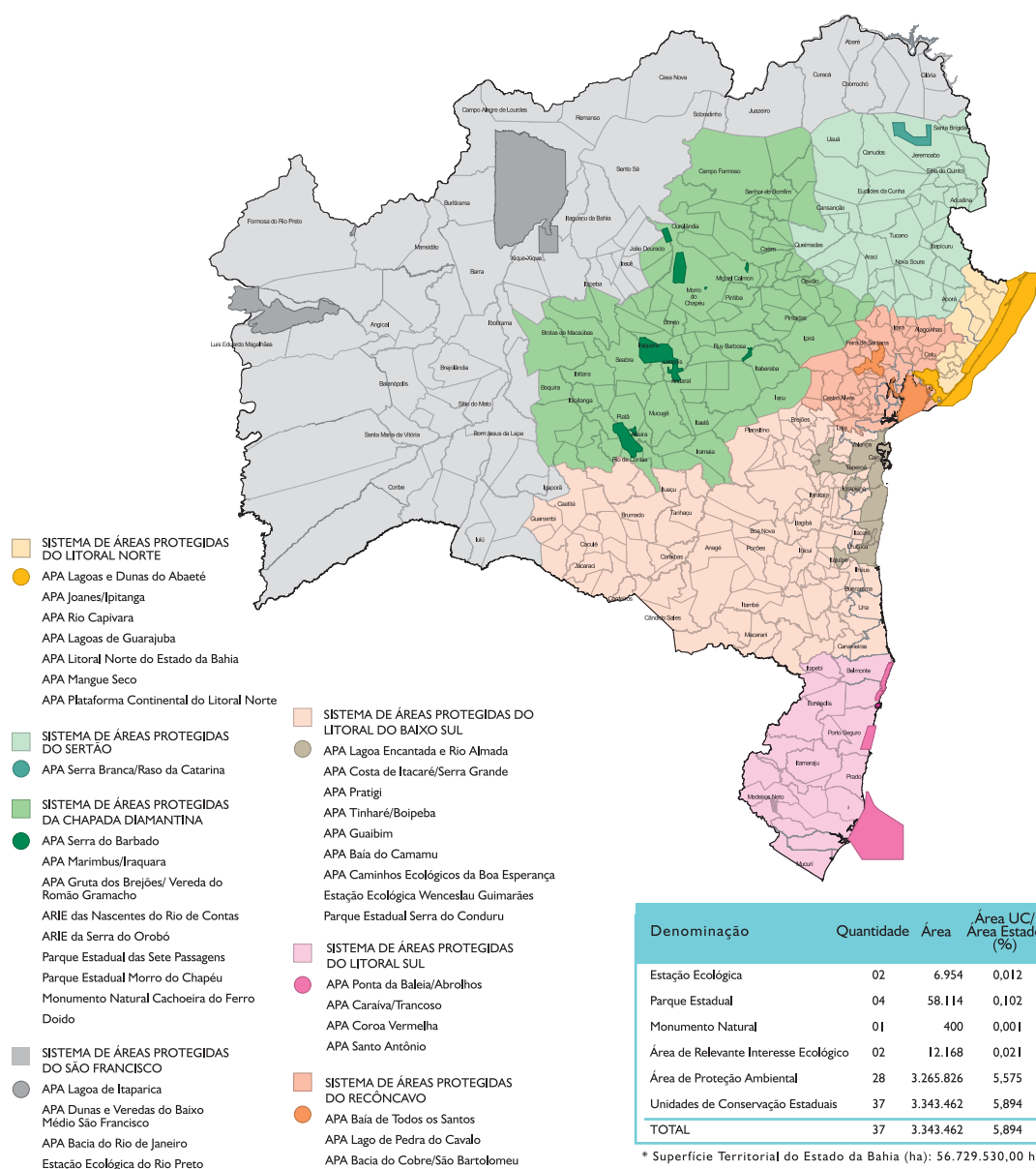
- Conselho Gestor – A gestão participativa é sem dúvida a melhor maneira de compartilhar responsabilidades com a sociedade civil. O foco é ampliar a participação dos diversos atores sociais garantindo como produto a melhoria da qualidade ambiental do espaço protegido. Em 2004 existiam oito Conselhos Gestores - CG implantados e em funcionamento. Em 2005 foram implantados 13 novos Conselhos chegando a marca dos 21. O Gráfico I apresenta a evolução do número de conselhos implantados nos últimos três anos.
- Diagnóstico Ambiental – Após a criação da unidade de conservação, por decreto, os estudos que compõem o Diagnóstico Ambiental deverão ser um dos passos prioritários na implantação das



Corredores Ecológicos – gafanhotos

Ascom – CRA

Mapa 1

**SISTEMA DE GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS**  
**BAHIA, 2005**




**Quadro 1**

**SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS – AÇÕES REALIZADAS**

BAHIA, 2005

<b>SISTEMA DE ÁREA PROTEGIDA</b>	<b>UNIDADE DE CONSERVAÇÃO</b>	<b>AÇÃO</b>
<b>Chapada Diamantina – Sacha</b>	ARIE (*) Nascentes do Rio de Contas e ARIE Serra do Orobó, Parque Estadual Morro do Chapéu – Pemc, Parque Estadual das Sete Passagens, Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido, APAs da Serra do Barbado, e de Marimbus/Iraquara, e Gruta dos Brejões	Realização de fóruns e seminários para formação do Conselho Gestor do Parque Estadual Morro do Chapéu, Parque Estadual das Sete Passagens, APAs da Serra do Barbado, e de Marimbus/Iraquara. Estabelecida parceria com a Uefs para estudos na área do Pemc
<b>Litoral do Baixo Sul e Sul – Salibs</b>	Estação Ecológica Wenceslau Guimarães, Parque Estadual Serra do Conduru – Pesc, APAs: Lagoa Encantada e Rio Almada; da Costa de Itacaré/ Serra Grande, do Pratigi, de Tinharé/Boipeba, do Guaibim, da Baía de Camamu, dos Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	Curso de Biologia da Conservação para estudantes. Implantação do Conselho Gestor do Pesc e da APA de Tinharé Boipeba. Conclusão do Diagnóstico Ambiental da APA Baía de Camamu e da revisão do ZEE das APAs Itacaré/Serra-Grande e Pratigi
<b>Litoral Norte – Salino</b>	APA da Plataforma Continental do Litoral Norte, APA Mangue Seco, APA Litoral Norte, APA Lagoas de Guarajuba, APA Rio Capivara, APA Joanes/Ipitanga, APA Lagoas e Dunas do Abaeté	Implantação dos Conselhos Gestores da APA do Litoral Norte e APA Mangue Seco. Fortalecimento das ações do Conselho Gestor da APA Joanes – Ipitanga através do evento Descobrindo os Lençóis Joanes /Ipitanga
<b>Litoral do Extremo Sul – Salis</b>	APAs de Santo Antônio, Coroa Vermelha, Caraíva/ Trancoso, Ponta da Baleia/Abrolhos	Contratado consultores técnicos em Gestão de Unidades de Conservação para as APAS Ponta da Baleia/ Abrolhos e APA Caraíva /Trancoso
<b>Recôncavo – Sarec</b>	APAs Baía de Todos os Santos, do Lago de Pedra do Cavalo, Bacia do Cobre São Bartolomeu	Realização de fóruns para formação do Conselho Gestor APA Baía de Todos os Santos. Implantação do Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre São Bartolomeu
<b>Sertão – Saser</b>	APA Serra Branca/Raso da Catarina	Licitada a elaboração do Diagnóstico Ambiental da APA Serra Branca/Raso da Catarina
<b>São Francisco – Sasf</b>	APAs da Bacia do Rio de Janeiro, Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco, Lagoa de Itaparica e Estação Ecológica do Rio Preto	Licitada a elaboração do ZEE da APA Bacia do Rio de Janeiro

Fonte: SEMARH/SFC

(\*) ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

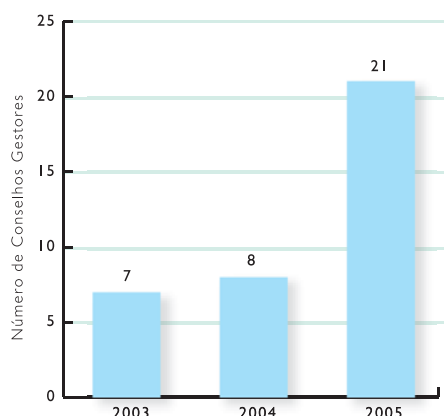
ferramentas de gestão da unidade. No primeiro semestre de 2005 foi concluído o Diagnóstico Ambiental da APA da Baía de Camamu e publicado o edital de licitação para elaboração do Diagnóstico Ambiental da APA Serra Branca/Raso da Catarina. Esse último encontra-se em fase inicial dos trabalhos de campo. Das 37

Unidades de Conservação administradas pela SEMARH 18 já possuem este instrumento de gestão.

- Zoneamento Ecológico-Econômico – Cada Unidade de Conservação deverá possuir sua lei específica de uso e ocupação do solo que é

**Gráfico 1**

**NÚMERO DE CONSELHOS GESTORES  
IMPLANTADOS**  
BAHIA, 2003-2005



Fonte: SEMARH/SFC

o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE. No intuito de atender ao previsto em lei e municiar o gestor com um instrumento efetivo de gestão territorial é necessário ampliar os esforços humano e financeiro para que possamos implantar em cada UC este instrumento de gestão. O Projeto Corredores Ecológicos financiou, através do Banco Mundial, a revisão do ZEE das APAs Itacaré/ Serra Grande e Pratigi. O processo da revisão deste zoneamento foi finalizado com aprovação pelo Cepram. O processo da APA do Pratigi encontra-se em análise na SEMARH, que está concluindo o processo licitatório para elaboração do zoneamento da APA da Bacia do Rio de Janeiro. Visando disciplinar propostas de revisão de ZEE e estabelecer normas e critérios para os estudos que devem ser elaborados e encaminhados junto com a solicitação de alteração de ZEE ao Cepram, foi elaborada uma Norma Técnica para ser encaminhada ao Conselho.

## Parque Zoobotânico

O Parque Zoobotânico Getúlio Vargas, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, foi criado na década de 50 e compreende uma área de 250 mil m<sup>2</sup>, recebendo um público mensal de aproximadamente 50 mil pessoas.

Localizado no bairro de Ondina, um dos pontos mais nobres de Salvador, o Parque Zoobotânico Getúlio Vargas com sua bela e exuberante área verde, desenvolve ainda uma série de atividades como: reprodução de animais ameaçados de extinção, conservação de área verde, lazer e educação ambiental.

Em 2005 foram realizadas reformas e melhorias em todo o parque como: pintura geral e recuperação dos telhados e das estruturas físicas; reforma da quarentena; lacertário e serpentário; reforma e manutenção de pistas, além da construção da Trilha Sensorial e implantação da primeira etapa do Jardim Japonês.

Este ano o parque recebeu 32 novos animais provenientes de intercâmbios com outras instituições além do nascimento de 149 novos animais, resultante do empenho do corpo técnico na reprodução e conservação da fauna silvestre do Zoológico de Salvador.

Neste exercício foram produzidas mais de 3.800 mudas de variedades de plantas ornamentais e foram replantadas aproximadamente 7.000 mudas diversas para fins de ornamentação, ambientação de recintos e paisagismo, além da produção de plantas com efeitos medicinais.

Foram realizados cursos visando o aprimoramento da equipe técnica do parque, como o Curso de Contem-



Parque Zoobotânico – Manutenção

ção Químico-Física em Animais Silvestres, além de diversos eventos e pesquisas durante todo o ano.

Foi criada a biblioteca do zôo com acervo de aproximadamente 400 volumes nas áreas de meio ambiente, psicologia e títulos especiais para o público infantil.

## **Licenciamento Ambiental**

O Governo do Estado através do Centro de Recursos Ambientais – CRA, autarquia vinculada à SEMARH, continua trabalhando de maneira intensa no sentido de buscar a regularização dos empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental, bem como prestar atendimento mais célere à demanda por este instrumento da política ambiental estadual.

No ano de 2005, as ações foram diversificadas de modo a fortalecer as medidas de autocontrole ambiental. Nesse aspecto, destaca-se o incentivo à criação das Comissões Técnicas de Garantia Ambiental – CTGAs dos órgãos setoriais do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais – Seara. Através do trabalho em parceria, essas comissões foram constituídas ou fortalecidas, a exemplo da Conder,

Embasa, Superintendência de Recursos Hídricos – SRH, Derba e CAR, além do Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, órgão federal. Desta forma, por meio de treinamento técnico, esses órgãos se capacitaram a executar com rapidez a auto-avaliação para o Licenciamento Ambiental, sem comprometimento da qualidade no resultado final.

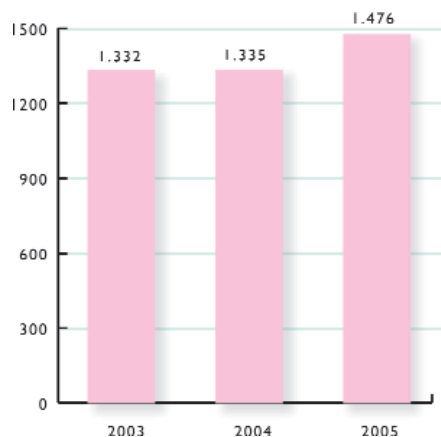
Como já evidenciado em anos anteriores, outro ponto que merece especial atenção são os empreendimentos mais específicos de micro e pequeno porte, que contribuem com cerca de 70% das demandas de licenciamento do CRA. Nestes casos, a proposição de Normas Técnicas – NT torna-se imprescindível para uniformizar as informações mínimas a serem prestadas, agilizando, desta forma, a análise e conclusão dos processos nesta autarquia. No mês de dezembro foi concluída a Norma Técnica para licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, que será encaminhada para aprovação do Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepam. Atualmente grupos técnicos estão desenvolvendo as Normas de Postos de Combustíveis, Rodovias e Vias de Acesso e Saneamento, e revisando a de Mineração, além de outros temas que terão seus trabalhos iniciados, conforme Portaria Interna nº 18, de 30/09/2005.

Neste ano, o total de processos de licenciamento com tramitação concluída alcançou a marca de 1.627, dos quais 1.476 referem-se a licenças e autorizações concedidas, como evidenciado no Gráfico 2.

Neste contexto, incluem-se 96 novos empreendimentos licenciados pelo Cepam com maior potencial de impacto ao meio ambiente, dos quais 25 de grande porte e 12 de porte excepcional, conforme Gráfico 3. Destacam-se grandes empreendimentos hoteleiros na região do Litoral Norte que integram a política de expansão do turismo do

**Gáfcico 2**

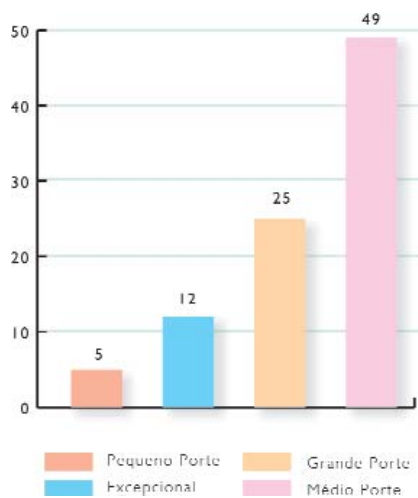
**NÚMERO DE LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES  
CONCEDIDAS**  
BAHIA, 2003-2005



Fonte: SEMARH/CRA

**Gráfico 3**

**PROCESSOS DE LICENCIAMENTO APROVADOS  
NO CEPAM POR PORTE**  
BAHIA, 2005



Fonte: Cepram

Estado da Bahia, diversas indústrias, sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgotos, bem como de adutoras e barragens assegurando assim maiores condições para o desenvolvimento de ações produtivas.

### **Fiscalização e Policiamento Ambiental**

O Governo do Estado por meio da SEMARH/CRA realizou neste exercício, diversas ações na área de fiscalização voltadas para a preservação do meio ambiente, dentre elas a fiscalização de áreas florestais e de empresas, o atendimento a situações de emergência e denúncias ambientais, dando ainda continuidade ao levantamento dos passivos ambientais da Linha Verde.

Visando combater as práticas ilegais de desmatamento para produção ilegal de carvão vegetal, extração irregular de minério; ocupação de Áreas de Preservação Permanente – APPs, e operação irregular de atividades produtivas com potencial de impacto ao meio ambiente, foram realizadas operações de fiscalização, que se constituem em inspeções previamente programadas, com objetivos específicos, e realizadas em uma área definida. Neste exercício foram efetivadas 25 operações de fiscalização totalizando 375 inspeções.

O CRA já fiscalizou cerca de 99 empresas licenciadas para acompanhar o atendimento aos condicionantes estabelecidos em Portarias e Resoluções emitidas pelo CRA e pelo Cepram.

***Durante o ano de 2005 o CRA atendeu 301 denúncias ambientais oriundas da comunidade e 335 solicitações de perícias formuladas pelo Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, além da Justiça Federal, Justiça Estadual e Polícia Federal***

No que se refere ao atendimento de situações emergenciais, o CRA mantém uma equipe técnica de plantão, durante 24 horas, inclusive em finais de semana e feriados, para o atendimento de emergências ambientais, que ocorram no Estado da Bahia. Foram realizados no ano de 2005, 102 atendimentos. Essas ocorrências estão relacionadas, principalmente, a acidentes envolvendo o transporte e/ou manuseio de produtos químicos classificados como perigosos. As emergências atendidas ocorreram em 28 municípios do Estado.

Neste exercício deu-se continuidade ao levantamento dos passivos ambientais da Linha Verde, ou seja, das degradações ambientais que precisam ser recuperadas ou mitigadas, iniciado em 2003, com a criação da Comissão Interinstitucional proposta pelo CRA.

Os trabalhos da Comissão Interinstitucional para Levantamento das Irregularidades das Dunas e Áreas Úmidas de Jauá e Vilas de Abrantes, conta com a participação do Ministério Público Federal e da Prefeitura Municipal de Camaçari. Encontra-se

em fase de conclusão diagnóstico para a busca de soluções sustentáveis às questões ambientais ali existentes.

O CRA realizou 1.230 inspeções em campo, gerando notificações e autos de infração como advertências, multas, interdições, embargos e apreensões, conforme Tabela 1.

No âmbito do policiamento ambiental, a Copanhia de Polícia de Proteção Ambiental – Coppa, através do policiamento ostensivo ambiental preventivo e repressivo, vem promovendo um conjunto de ações educativas e repressivas voltadas à redução dos crimes ambientais e preservação da vida no meio ambiente em todo o território baiano.

Para a realização das suas ações, a Coppa atua de forma articulada com a Delegacia de Proteção Ambiental, que é especializada na apuração de crimes contra o meio ambiente, e vem buscando parcerias com outros órgãos de governo e entidades não-governamentais.

**Tabela 1**

**AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL**  
BAHIA, 2003-2005

AÇÃO	QUANTIDADE		
	2003	2004	2005
Inspeção em campo	962	981	1.230
Parecer técnico de multa	–	61	406
Notificação	247	235	305
Advertência	242	511	486
Auto de infração de multa	92	109	329
Auto de infração de apreensão	14	9	57
Auto de infração de embargo	35	4	30
Auto de infração de interdição	–	11	46
Proposta de demolição	–	1	8

Fonte: SEMARH/CRA

A Companhia é responsável pelo policiamento ambiental dos Parques da Cidade, Pituçu e Zoológico, em Salvador, e fiscaliza em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, as agressões ao meio ambiente e o tráfico de animais silvestres; e com as Polícias Civil e Federal e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, promove o combate à pesca com explosivos.

Através do Núcleo de Estudos Ambientais – NEA, a Coppa gerencia o acervo bibliográfico ambiental e promove cursos e palestras para policiais e ambientalistas.

Para o controle dos focos de incêndio, no Parque do Descobrimento, em Itamaraju, no Parque da Chapada Diamantina, em Lençóis e Mucugê e no Parque Nacional de Monte Pascoal, em Porto Seguro, o Governo do Estado criou em 2005, a Comissão Estadual de Combate a Incêndios, formada por representantes da SEMARH, Coordenação de Defesa Civil – Cordec, Corpo de Bombeiros e Ibama.

O Corpo de Bombeiros conta com uma Brigada formada por 85 policiais, tendo investido na aquisição de equipamentos de proteção individual, a exemplo de macacão, capacete, bota, luva, perneira anti-chama, óculos de proteção, dentre outros.

Além das ações voltadas para o controle de incêndios, a Comissão atua em outros crimes ambientais que necessitam de uma ação conjunta e articulada dos diversos órgãos governamentais.

### **Bases Biorregionais**

A ampliação do conhecimento sobre os biomas mata atlântica, cerrado e caatinga é o principal objeti-

vo das três Bases Biorregionais do CRA, que continuaram atuando junto às universidades estaduais de Santa Cruz – Uesc, do Estado da Bahia – Uneb e de Feira de Santana – Uefs. Além de oito pesquisas sobre a biodiversidade dos ecossistemas, ressalta-se como resultados: a coordenação do processo de criação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga; a participação na implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu; e a parceria com instituições de ensino e pesquisa do Nordeste do Brasil e Norte de Minas Gerais, na execução do Projeto Mapeamento do Bioma Caatinga, financiado pelo Probio.

Ainda fruto de parcerias, destaca-se a participação na elaboração do Projeto Biota Bahia, coordenado pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia – Fapesb, e na Iniciativa Baiana de Polinizadores – IBP. O CRA também foi parceiro na realização da III Feira do Semi-Árido: Reeducando para as Sociedades Sustentáveis, evento promovido anualmente pela Uefs e apoiado por diversas instituições.

### **Fortalecimento Institucional**

O CRA possui um Sistema de Gestão da Qualidade, tendo iniciado em 2001 a certificação pela norma ISO 9001:2000, dos seus diferentes processos: Sistema de Licenciamento Ambiental; Fiscalização Ambiental e Atendimento Emergencial; Atendimento ao Público e Guarda da Documentação Técnica; Sistema Administrativo, Financeiro e de Recursos Humanos; Capacitação, Informação e Inovação do Núcleo de Estudos Avançados do Meio Ambiente – Neama - pelo Bureau Veritas Quality International – BVQI, e da Procuradoria Jurídica – pela Fundação Vanzolini. Em 2005, os processos certificados pelo BVQI foram unificados, com reconhecimento da The International Certification Network – IQNet.



A ampla difusão das ações do Neama, em 2005, possibilitou a consolidação do núcleo como referência em conhecimento ambiental no país.

Com o intuito de fortalecer as atividades do Núcleo foram efetuadas 57 parcerias de cooperação técnica e financeira com instituições públicas e privadas, voltadas para a promoção do conhecimento, inovação ambiental, articulação e participação social.

Foi dada continuidade aos dois mestrados profissionalizantes, sendo neste ano, defendidas oito dissertações no Mestrado Profissionalizante em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo (Ufba/Teclim). Foi celebrado Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados com a Universidade de Brasília – Unb e a Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs, para a realização da 3ª turma de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável.

A 2ª turma do Curso de Especialização em Gestão Ambiental Municipal teve início em junho, contando com a participação de 35 gestores municipais, já a 2ª turma do curso de extensão em Jornalismo Ambiental, com carga horária de 40 horas/aulas, envolveu 40 profissionais e estudantes de jornalismo. Foram realizados também 32 cursos e treinamentos de curta duração, envolvendo 775 técnicos.

O Memorial de Meio Ambiente contou com a visita de 1.327 pessoas provenientes de universidades, colégios públicos e particulares, órgãos públicos, empresas privadas tanto do Estado da Bahia como de outros Estados, que também conheceram as 16 exposições temáticas realizadas.

Foram promovidos 56 eventos técnico-científicos, a saber: Programa Quintas-feiras Ambientais, palestras,

seminários e workshops, contando com a participação de 2.841 pessoas do setor público e empresarial, de representantes de ONGs, de estudantes, de professores e da comunidade em geral. O Programa Quintas-feiras Ambientais, promoveu nove palestras com temas inovadores na área ambiental.

A linha editorial CRA/Neama publicou seis títulos, totalizando atualmente 35 publicações distribuídas em cinco séries que podem ser encontradas em forma impressa e eletrônica.

O fomento a pesquisas e projetos em inovação ambiental foi fortalecido com a ampliação do Projeto "Adote uma pequena empresa na área ambiental", estabelecendo-se 21 vínculos com pessoas jurídicas e pessoas físicas, estendendo suas ações para o interior do Estado, iniciando pelo município de Feira de Santana.

O CRA, em parceria com a Rede de Tecnologias Limpas – Ufba/Teclim participou da organização do XI Fórum de Tecnologias Limpas, consolidando o Projeto Prata da Casa, por meio da publicação de um livro e a edição de um vídeo, disseminando as experiências bem sucedidas em produção mais limpa desenvolvidas no Estado da Bahia.

Foram desenvolvidas e apoiadas ações de sensibilização, participação e mobilização social, a exemplo, dos projetos: Voluntários do Meio Ambiente; Conhecendo o Nosso Ambiente; Combate a Pesca com Bombas e Vamos Cuidar do Brasil nas Escolas, junto aos professores, agentes e lideranças comunitárias, em parceria com 16 prefeituras e organizações sociais diversas, formando 774 formadores ambientais. Além da realização de palestras com a participação de 1.219 pessoas.

Em 2005, as atividades do Neama possibilitaram a participação de aproximadamente 7.100 pessoas, cumprindo satisfatoriamente o seu plano de ação, colocando-se a serviço da sociedade como seu grande cliente e, também, como pólo aglutinador de formação e informação sobre a temática ambiental, contribuindo para o desenvolvimento da humanidade.

O CRA desenvolveu e coordenou estudos para a elaboração, atualização ou modificação de normas técnicas e padrões ambientais, necessários à execução da política ambiental do Estado. Um trabalho de articulação foi realizado com as diversas organizações governamentais, não governamentais e do Terceiro Setor, visando garantir a legitimidade das ações e a participação dos diferentes segmentos sociais envolvidos no processo.

Neste ano de 2005 o CRA passou por uma adequação da sua estrutura funcional que resultou na revisão do seu regimento interno, fortalecendo as suas ações e aumentando a sua eficiência.

Adepto do Programa Gestão Bahia desde 2004, o CRA vem desenvolvendo atividades orientadas para obtenção de resultados. Em 2005 o CRA deu um salto qualitativo no seu modelo gerencial consolidando o planejamento estratégico. Foi elaborado Plano de Ação alinhado ao Plano Plurianual e Orçamento, e realizadas cinco reuniões de acompanhamento e avaliação. A Coordenação de Planejamento Estratégico foi fortalecida ampliando a sua equipe e atribuições passando a ser denominada Coordenação de Gestão Estratégica.

## **SANEAMENTO AMBIENTAL**

Na busca do aperfeiçoamento da gestão ambiental, o Governo do Estado, através da Embasa, vem adotando ações que visam a melhoria da gestão ambiental na implantação e operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

### **Gestão Ambiental de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**

As ações para implementação da Política Ambiental da Embasa vêm sendo ampliadas ao longo dos últimos anos, contemplando os projetos, as obras, a operação dos sistemas e o monitoramento das represas e mananciais utilizados como fontes de suprimento.

De modo a promover a Gestão Ambiental integrada com a responsabilidade social e as atividades fins da empresa, foi criada em abril de 2005 a Superintendência de Meio Ambiente e Projetos – EP, vinculada à Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente, que tem como objetivo o planejamento de projetos, obras e do licenciamento ambiental dos novos sistemas, bem como a implementação de ações ambientais e sociais em conformidade com a Política Ambiental da Embasa. O apoio na implementação e fiscalização dessas ações é realizado pela Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA e pelos Comitês de Gestão Ambiental – CGA.

A CTGA, constituída por 21 membros representantes das Diretorias da Embasa, tem como atribuições coordenar o licenciamento

ambiental; acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais junto às unidades responsáveis pela sua implementação e o desempenho ambiental da empresa; e propor ações que minimizem os impactos resultantes das obras e operação dos sistemas.

De forma a ampliar e fortalecer a gestão ambiental da CTGA e da Superintendência de Meio Ambiente e Projetos junto às unidades operacionais, principalmente aquelas localizadas no interior do Estado, foram criados os Comitês de Gestão Ambiental – CGAs nas Unidades de Negócios da Embasa. Os Comitês são responsáveis por implementar, monitorar projetos e programas ambientais, fiscalizar o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais dos Sistemas. A criação e o treinamento dos CGAs foram concluídos em 2005, somando um total de 20 Comitês, 13 no interior do Estado e sete na Região Metropolitana de Salvador.

### **Licenciamento Ambiental de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**

A Embasa vem dando continuidade aos trabalhos de regularização dos Sistemas de Abastecimento de Água – SAA e Sistema de Esgotamento Sanitário – SAS, visando a obtenção das licenças ambientais dos sistemas cuja operação teve início antes da Lei Estadual de Meio Ambiente de 1981.

Após o licenciamento das Unidades de Negócios de Feira de Santana e de Santo Antônio de Jesus, encontram-se em fase de licenciamento pelo CRA as Unidades de Negócios de Paulo Afonso,

constituída de nove sistemas de abastecimento de água e dois sistemas de esgotamento sanitário; de Bolandeira, constituída pelo sistema de reservação e distribuição de Salvador; Itamaraju, constituída por 42 sistemas de abastecimento de água e dez sistemas de esgotamento sanitário; Alagoinhas, constituída por 43 sistemas de abastecimento de água; Federação, constituída por um sistema de abastecimento de água e Pirajá constituída por um sistema de abastecimento de água.

Estão em desenvolvimento os processos para licenciamento das Unidades de Negócios de Itabuna, Candeias, Vitória da Conquista, Pirajá, Camaçari, Federação e Itaparica; e o Sistema de Esgotamento Sanitário de Salvador, constituído de 33 bacias de esgotamento sanitário.

Os novos sistemas que vêm sendo implantados pela Embasa têm uma sistemática de licenciamento estabelecida, visando o cumprimento pleno da legislação ambiental vigente. Em 2005, foram solicitadas 32 licenças ao CRA, tendo sido concedidas 29 licenças.

Dentre as obras licenciadas e em processo de licenciamento em 2005, destacam-se: a Barragem de Lagoa da Torta, em Igaporã; a Barragem de Serra Preta, em Planalto e Barra do Choça; a Barragem de Cristalândia em Brumado e a Barragem de Riacho de Santana no município de Riacho de Santana; os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Litoral Norte, e o novo Emissário Submarino do Jaguaribe.

Os estudos ambientais bem como os projetos destes empreendimentos vêm sendo apresentados e discutidos com as comunidades envolvidas e com

os órgãos e entidades interessadas, sendo realizadas no período cerca de 20 reuniões públicas.

Em atendimento aos condicionantes do licenciamento ambiental das barragens e dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Litoral Norte estão sendo desenvolvidos projetos e programas, alguns destes já em fase de implantação, que somam aproximadamente o valor de R\$ 18 milhões.

### ISO-14001

A Embasa, empresa de economia mista, é o órgão executor da política de saneamento do Estado, e visando a melhoria do desempenho ambiental das unidades operacionais, estabeleceu como meta implantar o Sistema de Gestão Ambiental, nos moldes da ISO-14001, nas Unidades de Negócios, tendo como estratégia certificar um sistema por unidade. Com essa diretriz espera-se ampliar a cultura ambiental na empresa, interiorizar as ações ambientais propostas na sua política ambiental e treinar o seu corpo técnico nas ferramentas da gestão ambiental.

Após a certificação dos Sistemas de Produção de Água de Santo Antônio de Jesus e de Porto Seguro e os Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Praia do Forte, estão em andamento as certificações do SAA de Ipiaú e do SAA e SES de Lençóis previstos para o ano de 2006.

### Monitoramento de Mananciais

Visando assegurar o controle da qualidade das águas dos mananciais de abastecimento, foi dada continuidade às atividades do Programa de Monitoramento Georreferenciado dos Mananciais de Abaste-

Ascom - CRA



Qualidade Ambiental – Balneário Mucugezinho – Rio Mucugezinho

cimento e Efluentes das Estações de Tratamento de Esgoto e Corpos Receptores – ETE. Contemplando os mananciais da Região Metropolitana de Salvador, o programa tem por objetivo elaborar o diagnóstico da rede de monitoramento existente, propor e implantar uma nova rede de monitoramento, em conformidade com o uso e ocupação do solo atual da área do entorno das represas e com a qualidade da água, cadastrar e georreferenciar a nova rede de monitoramento, representar de forma espacial essa rede, avaliar a evolução da qualidade da água das represas ao longo dos últimos anos, e propor ações para melhoria ambiental das mesmas.

Foram concluídos os trabalhos para os mananciais de abastecimento Joanes I e II, Represas Ipitanga I, II e III e o Rio Pojuca. Este último teve sua rede de monitoramento ampliada em função das demandas oriundas dos Sistemas de Esgotamento Sanitário do Litoral Norte, que estão sendo implantados para atender aos empreendimentos turísticos Reta Atlântico, Iberostar e Vila Galé Maré, além das localidades de Imbassaí, Monte Gordo, Guarajuba, Itacimirim e Barra do Pojuca.

Objetivando a melhoria operacional dos reservatórios e suporte ao monitoramento da qualidade das águas, foram implantados quatro postos pluviométricos, sendo dois na bacia do Joanes e dois na bacia do Jacuípe, ampliando o sistema de monitoramento hidrológico. Está sendo estudada pela Embasa a reativação de um posto fluviométrico existente e a instalação de novo posto na bacia do Jacuípe, bem como a definição de programa de previsão de vazão, específico para pequenas bacias, possibilitando a previsão de cheias e otimização do controle operacional dos reservatórios.

O SES do Litoral Norte demandou a implantação de mais três redes de monitoramento: das águas da área de influência da ETE Iberostar; das águas dos rios Barroso, Imbassaí Pequeno e Imbassaí e da Lagoa Guarajuba-Velado. Também estão em andamento os trabalhos relativos à reavaliação da rede de monitoramento do Lago de Pedra do Cavalo.

### **Sistema de Informação em Saneamento Ambiental**

Está sendo implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR um Sistema de Informações da situação dos serviços de saneamento no Estado da Bahia, para dar suporte à tomada de decisões e a gestão dos serviços. O Sistema proporcionará um melhor gerenciamento de informações estratégicas que incluem índices de atendimento, dados operacionais relevantes e dados sobre as diversas intervenções realizadas na área de saneamento.

A atualização das informações do Sistema se dará através da coleta de dados em campo, mediante a aplicação de questionário com informações dos serviços de abastecimento de água, esgotamento

sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana. Para tanto, está sendo negociado um convênio com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, priorizando, inclusive, o levantamento de informações que a Embasa e a Conder não dispõem.

### **Estudos em Andamento**

**Projeto Água Boa** – A partir de estudos já efetuados, a SEDUR está avaliando os sistemas de abastecimento de água que não são operados pela concessionária estadual (Embasa), de modo a identificar aqueles que necessitarão projetos de implantação, ampliação ou melhoria do tratamento de água, objetivando indicar soluções para a correção de problemas e melhoria da qualidade da água produzida.

**Adutora da Caraíba** – Considerando a provável desativação da Mina da Caraíba Metais, no Município de Jaguarari, está sendo avaliada a possibilidade de aproveitamento hidroagrícola da Adutora de Abastecimento de Água da Caraíba, construída para atendimento do Distrito de Pilar.

### **Outras Ações Ambientais**

Além das ações anteriormente citadas, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos no período:

- Projetos de cinturões verdes para nove estações de tratamento de esgotos;
- Projetos paisagísticos para três estações de tratamento de esgotos;
- Planos de manejo da biomassa para duas barragens e duas adutoras;
- Desenvolvidos 23 processos de solicitação de outorga;



- Desenvolvidos seis projetos arqueológicos para atender ao Iphan;
- 21 projetos de Supressão de Vegetação – SV para solicitação de SV à SFC/SEMARH;
- Realizada a licitação para contratação da 2ª etapa para recomposição florística do Rio dos Mangues.

A Embasa integra os Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental – APA da Bacia do Cobre, Joanes e Ipitanga, Litoral Norte e Manguê Seco; os Comitês das Bacias Hidrográficas do São Francisco, Itapicuru, Paraguaçu, Recôncavo Norte e Bacia do Leste, tendo como representantes técnicos da área operacional e de meio ambiente que vêm participando e contribuindo nas reuniões realizadas ao longo deste ano.

A Empresa vem investindo no aperfeiçoamento do seu quadro técnico, principalmente nas questões voltadas para a área ambiental, através da realização de cursos e treinamentos na área de saneamento ambiental. Em fevereiro de 2005, foi concluído o MBA em Saneamento Ambiental, com a entrega das monografias, do qual participaram 43 empregados, profissionais das áreas de projeto, obras, operação e meio ambiente. Ao longo desse ano, foram realizados cursos internos para treinamentos dos gerentes dos escritórios regionais, ministrados pelo corpo técnico da própria Empresa, contemplando além das questões operacionais, a vertente ambiental.

## **GESTÃO DO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA**

O Projeto Corredores Ecológicos – PCE, realizado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, que abrange os Estados da Bahia e Espírito

Ascom – CRA



Corredores Ecológicos – Raoni pintando índia pataxó

Santo tem por objetivo estabelecer conectividade entre os fragmentos florestais. O projeto atua priorizando a participação da sociedade e a integração das ações institucionais, sendo a sua primeira fase voltada para promoção de capacitação técnica, apoio ao monitoramento e fiscalização ambiental, bem como à gestão das unidades de conservação.

Foram realizadas atividades voltadas para o fortalecimento da gestão das unidades de conservação do Corredor Central da Mata Atlântica – CCMA, área considerada prioritária, tais como: fiscalização integrada, envolvendo os órgãos federais e estaduais competentes; capacitação de gestores de unidades de conservação; e, ainda, a elaboração das diretrizes operacionais para a segunda fase do projeto, que ocorrerá a partir de 2006.

Os resultados obtidos em 2005 incluem: a conclusão do plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru; aquisição de equipamentos; formação e implementação dos seis conselhos gestores de unidades de conservação; duas campanhas integradas de fiscalização abran-



gendo a área total do corredor, desde o rio Jequiricá até o limite com o Estado do Espírito Santo; capacitação para gestores ambientais do Baixo Sul; instalação de equipamentos nas Áreas de Proteção Ambiental do Pratigi e Costa de Itacaré/Serra Grande; e capacitação técnica em fiscalização ambiental para fiscais do CRA, SEMARH/SFC, Ibama, Coppa, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Rodoviária Estadual.

As diretrizes para desenvolvimento da segunda fase do projeto estão em estágio avançado, tendo sido elaboradas com ampla participação dos segmentos governamentais e da sociedade civil, e discutidas no Conselho Estadual de Meio Ambiente – Cepram.

## **GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS**

O Projeto de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos – DRH apóia as ações de suporte à gestão dos recursos hídricos, desenvolvendo estudos, promovendo a descentralização e incentivando a participação do usuário da água e sociedade civil no gerenciamento dos recursos hídricos.

### **Lei de Recursos Hídricos**

Com o objetivo de adequar a antiga lei nº 6.855/95 com as atuais diretrizes ambientais do Estado foi concluído, após dois anos de discussões, um anteprojeto de lei que consolida dispositivos legais sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, atualiza a legislação e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos no qual se

inserem os Comitês de Bacias Hidrográficas e as Agências de Bacias, além de órgãos e entidades setoriais com competências relacionadas à gestão dos recursos hídricos.

Com a nova Lei caberá a SEMARH promover e manter a articulação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos com o Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais e com os demais Sistemas organizados pelo Governo do Estado, cujas ações sejam transversais com a gestão dos recursos hídricos.

No dia 27 de dezembro, foi sancionada a Lei nº 9.843 que institui os Comitês de Bacias Hidrográficas, órgãos colegiados de caráter consultivo e deliberativo no âmbito das bacias hidrográficas.

### **Plano Estadual de Recursos Hídricos**

No Dia Mundial da Água, 22 de março, foi lançado o Plano Estadual de Recursos Hídricos – Perh-BA, documento de planejamento estratégico que contempla o uso racional dos recursos hídricos e resulta do reconhecimento de que a água é um recurso limitado, indispensável ao desenvolvimento econômico, social e ambiental. O Perh é fruto de um amplo estudo que mapeou todo o Estado, medindo o potencial hídrico de cada região e identificando onde são necessárias intervenções para garantir o equilíbrio ambiental.

Constituindo-se em um dos instrumentos da Política Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos o Perh tem por objetivo assegurar o desenvolvimento sustentável do Estado que implica na conciliação da promoção social do homem, com crescimento econômico e com a preservação da natureza. A partir desse plano, o Estado tem como avaliar prioridades na execução de obras como barragens e

transposições de bacias e ganha uma visão macroscópica do universo hídrico para poder outorgar o uso da água para as diferentes atividades econômicas e sociais: irrigação, indústrias, abastecimento humano e animal e diluição de esgotos. Os investimentos previstos no plano, entre 2000 e 2020, incluindo ações governamentais e privadas, são da ordem de R\$ 8 bilhões.

O Perh compatibiliza a gestão do uso dos recursos hídricos com os objetivos estratégicos do Governo do Estado, promovendo o uso múltiplo e racional da água que deve ser gerenciado de forma descentralizada e participativa pelo poder público, pelos usuários e por organizações da sociedade civil.

### **Outorga do Direito de Uso de Recursos Hídricos**

A outorga é o instrumento de gestão que possibilita ao poder público estadual exercer controle legal, quantitativo e qualitativo sobre o uso da água. O conhecimento preciso das demandas dos usuários e disponibilidades dos mananciais, bem como da forma com que os outorgados vêm fazendo uso do recurso hídrico, faz da outorga um mecanismo indispensável para as ações de vistoria e fiscalização dos empreendimentos, sem as quais este instrumento perderia sua força como ferramenta de gestão.

Na Bahia vigoram três modalidades de outorgas a depender do perfil do solicitante: a) permissão, para vazões inferiores a 0,5 l/s; b) concessão, nos casos de comprovada utilidade pública, com validade de 30 anos; c) autorização para os demais casos, em geral empreendimentos privados, válida por um período de quatro anos renovável por até dois períodos iguais.

Em 2005 a Superintendência de Recursos Hídricos SRH emitiu 385 outorgas (Tabela 2) correspondendo uma vazão de 16.798,19 l/s. Acumuladamente já foram emitidas 4.327 outorgas correspondendo a uma vazão de água outorgada de 224.403,76 l/s.

### **Cobrança pelo Uso da Água Bruta**

Após os estudos elaborados ficou diagnosticada a necessidade de duas modalidades distintas de cobrança: uma pelos serviços de fornecimento de água bruta dos reservatórios administrados pela SRH, sob forma de tarifa constituindo-se como receita direta da SRH, e, outra pela utilização do bem público, água, proveniente das fontes d'água superficiais e subterrâneas de domínio estadual, sob a forma de preço público cuja receita irá para o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – Ferhba.

A efetivação da cobrança terá início em 2006, apenas para a modalidade de "cobrança pelo fornecimento de água bruta dos reservatórios operados pela SRH". A segunda modalidade ainda continuará em estudos para definição dos parâmetros e procedimentos a serem adotados.

### **Avaliação da Qualidade Ambiental**

As ações voltadas à preservação ambiental empreendidas pelo Governo do Estado contemplam ainda a avaliação da qualidade dos recursos hídricos. Esta avaliação é realizada por meio de programa de monitorização sistemática, identificação das fontes potenciais de poluição e atividades degradantes do meio ambiente, com a finalidade de permitir a adoção de medidas preventivas e corretivas para manter a integridade física e a qualidade das águas.

**Tabela 2**

**OUTORGAS EMITIDAS**

BAHIA, 2005

BACIA	SEDE DA RAA (*)	MANANCIAL				TOTAL	
		SUPERFICIAL		SUBTERRÂNEO		VAZÃO OUTORGADA L/S	QUANTIDADE DE OUTORGAS
		L/S	QUANT.	L/S	QUANT.		
	Barreiras	3.712,27	19	1.308,34	18	5.020,61	37
	Santa Maria da Vitória	783,64	11	9,46	4	793,10	15
São Francisco	Guanambi	59,6	2	43,78	5	103,38	7
	Irecê	3,14	2	276,31	104	279,45	106
	Juazeiro	14,93	4	0,99	1	15,92	5
	Remanso	0	0	0	0	0,00	0
Itapicuru	Senhor do Bonfim	734,57	31	17,41	5	751,98	36
Paraguaçu	Itaberaba	8.036,03	49	196,61	49	8.232,64	98
Contas	Jequié	277,46	31	27,18	14	304,64	45
Pardo, Jequitinhonha,	Eunápolis	1.246,88	26	49,59	10	1.296,47	36
Itanhém, Mucuri							
<b>TOTAL</b>		<b>14.868,52</b>	<b>175</b>	<b>1.929,67</b>	<b>210</b>	<b>16.798,19</b>	<b>385</b>

Fonte SEMARH/SRH

(\*) RAA – Região Administrativa da Água

Com base no monitoramento realizado no ano de 2001 foi elaborado um Plano para a Conservação da Qualidade Ambiental dos Recursos Hídricos, propondo ações destinadas a promover a adoção de medidas de controle preventivo e corretivo, no que diz respeito à manutenção e recuperação da qualidade e quantidade das águas, através da implementação de mecanismos de gestão participativa quanto aos seus usos, envolvendo outros órgãos e empresas governamentais e os diversos segmentos da sociedade.

Até dezembro de 2005 foram realizados monitoramentos nas bacias hidrográficas do Rio Paraguaçu, e em Salvador no Dique do Tororó na Represa do Cascão e nas Praias, conforme Tabela 3.

Cabe ressaltar que se encontra em tramitação na Agência Nacional de Águas – ANA um convênio de

cooperação técnica a ser firmado entre o CRA e esta agência, como parte das ações de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, tendo como objetivo monitorar a qualidade das águas desse importante recurso hídrico.

Os estudos de avaliação da balneabilidade das praias de Salvador, no trecho compreendido entre Inema e Stella Maris, apontam melhoria acentuada na qualidade das águas em 90% das praias analisadas, sendo uma decorrência das obras de esgotamento sanitário realizadas pelo Governo do Estado, por meio do Programa de Saneamento Bahia Azul.

Nas principais indústrias localizadas no entorno da Baía de Todos os Santos, foram efetuadas 16 inspeções, visando acompanhar os automonitoramentos estabelecidos na sua licença ambiental.

Tabela 3

**AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS**  
 BAHIA, 2005

ÁREA	NÚMERO DE PONTOS DE AMOSTRAGEM	NÚMERO DE COLETAS	NÚMERO DE ANÁLISES
Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu	46	108	1.429
Praias de Salvador	30	750	1.950
Represas do Cascão (Salvador)	3	6	18
Dique Tororó (Salvador)	2	6	12
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>	<b>870</b>	<b>3.409</b>

Fonte: SEMARH/CRA

Como parte integrante do Programa de Monitoramento Ambiental da Baía de Todos os Santos, encontram-se em conclusão os estudos de Análise Preliminar de Risco à Saúde Humana na referida baía.

Realizaram-se até dezembro, quatro operações conjuntas, envolvendo o Ibama, Coppa e a Polícia Federal no âmbito da Baía de Todos os Santos – BTS, desde a Gamboa abrangendo as localidades do interior da baía até Jaguaripe.

Foi celebrado convênio com o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA no valor de R\$ 700 mil para execução do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida em Emergências Ambientais com Produtos Perigosos – P2R2, visando mapear as áreas de risco de acidentes com produtos químicos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu contemplando 87 municípios. O Programa P2R2, encontra-se atualmente em fase de implantação.

As informações obtidas com o mapeamento são registradas em relatórios técnicos que integram o acervo de dados disponíveis sobre a qualidade dos recursos hídricos, que ficarão disponibilizadas para consulta no Sistema Estadual de Informações Ambientais – Seia.

### Programa de Gestão da Qualidade

O Governo do Estado no âmbito da política de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, vem desde 2004 desenvolvendo diversas atividades através da SEMARH/SRH, fundamentadas no Programa de Gestão da Qualidade que culminou este ano com a obtenção da certificação ISO 9001:2000 confirmando a excelência na prestação de serviços de outorga do direito do uso da água, tornando a SRH o primeiro órgão do setor com semelhante certificação no Brasil.

Com o foco na qualidade e visando melhorar o desempenho das suas funções, foi aprovada e implementada, neste ano, a nova estrutura organizacional da SRH, fortalecendo as áreas de gestão de pessoas e processos, tecnologia da informação e captação e aplicação de recursos, proporcionando melhor suporte às atividades finalísticas do órgão.

A evolução qualitativa obtida na gestão de processos foi fator preponderante na obtenção da certificação do ISO 9001:2000 em um dos principais serviços finalísticos do órgão: a emissão e outorga pelo uso da água.



Ascom – CRA

Qualidade Ambiental – Fazenda Pratinha – Rio Pratinha

Os avanços obtidos em tecnologia da informação tiveram como base a estruturação de rede física e lógica de computadores da sede e unidades regionais. A partir dessa estruturação foi criada a unidade de suporte; desenvolvido o Banco de Dados de Recursos Hídricos, o sistema de georeferenciamento, diversos sistemas administrativos e de controles gerenciais e o de vídeo conferência possibilitando mais agilidade nos processos e eficiência nas tomadas de decisões.

Com a criação do site [www.srh.ba.gov.br](http://www.srh.ba.gov.br) a SRH pode se comunicar com o público externo divulgando suas ações e serviços. Internamente os colaboradores dispõem do "SRH On Line", ferramenta de comunicação e integração entre as unidades.

## **REVITALIZAÇÃO AMBIENTAL DO RIO SÃO FRANCISCO**

No âmbito da Bacia Hidrográfica do São Francisco diversas atividades foram desenvolvidas pelo seu Comitê visando dar continuidade à estruturação desse colegiado assegurando, ao mesmo, condições

técnicas e institucionais para atuar plenamente, especialmente face à decisão do Governo Federal de executar o projeto de transposição das águas do rio para o Nordeste Setentrional.

Cabe destacar as seguintes ações realizadas em 2005: estudos para implementação da agência de bacia; definição de critérios para análise dos projetos do programa de revitalização da bacia que serão executados com recursos do Governo Federal; análises e pareceres sobre as licenças ambientais, outorga de direito de uso dos recursos hídricos concedidas ao Ministério da Integração Nacional ao Projeto de transposição; articulação com o Banco Mundial, com o Fundo para o Meio Ambiente Global – GEF com a Agência Nacional de Águas – ANA e Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente para implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável desenvolvido na região do lago de Sobradinho, no semi-árido do Nordeste do Estado da Bahia, articulou ações com outras secretarias estaduais e órgãos do Governo Federal, a exemplo da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Parnaíba e do São Francisco – Codevasf, num enfoque multidisciplinar integrando a responsabilidade social com a qualidade ambiental.

As ações visam mudar a situação atual da região para uma situação futura melhorada com a participação da população num contexto marcado por desigualdades sociais associadas a impactos ambientais.

Destacamos os estudos para ações de saneamento ambiental para implantação e/ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário nas sedes dos

municípios cujas sedes distritais foram relocadas para formação do reservatório de Sobradinho e cujas medidas efetivas serão atendidas no âmbito do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco e a instalação de unidade para recebimento e armazenamento temporário de embalagens vazias de agrotóxicos, de acordo com o disposto na Resolução nº 334, de 3 de abril de 2003 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama.

A análise dos aspectos sociais, econômicos, culturais e comportamentais no uso de agrotóxicos nas culturas de ciclo curto na área de vazante do lago de Sobradinho apresenta dados preocupantes com problemas de saúde derivados da falta de controle sobre venda e armazenamento desses produtos.

Ainda no que se refere a saneamento ambiental, a SEMARH, em parceria com a Universidade Italiana de Estudos Superiores da Insúbria, instalou uma planta piloto de tratamento de efluentes domésticos com prioridade para o aproveitamento dessas águas residuárias tratadas com reuso na agricultura, permitindo avaliar novas alternativas de geração de renda para a comunidade localizada no município de Casa Nova-BA.

O reuso planejado de águas residuárias domésticas na agricultura vem sendo apontado como uma medida para atenuar o problema da escassez hídrica no semi-árido, podendo ser uma alternativa para os agricultores localizados ao longo do Rio São Francisco, especificamente nas áreas circunvizinhas das cidades.

Por meio de educação sanitária e ambiental durante as fases de implantação da planta piloto, o projeto sensibilizou os habitantes quanto à importância da conservação e da correta utilização do bem público recebido, bem como contribuiu

na melhoria da qualidade de vida da população e na preservação dos recursos naturais na área do Lago de Sobradinho.

## **GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – PNMA II**

Em 2005 teve continuidade o Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II, realizado em parceria com o Ministério de Meio Ambiente – MMA, voltado para proteção dos recursos naturais e melhoria da qualidade das águas do Estado.

O PNMA II é composto por quatro projetos que totalizam R\$ 4 milhões conveniados na sua fase um, a ser concluída em 2006.

**Projeto Nascentes do Paraguaçu** – Tem como objetivo melhorar a qualidade e garantir a disponibilidade hídrica no alto curso da bacia. As atividades desenvolvidas em 2005 contaram com parceria da EBDA, CAR, SEMARH/SFC e Conder, resultando na implantação de 11 hortas comunitárias cultivadas com técnicas agroecológicas, beneficiando 435 famílias de assentamentos rurais e comunidades ribeirinhas. Onze técnicos foram capacitados e atuam na extensão rural continuada. Foram recuperados 50 ha de mata ciliar em pequenas propriedades ribeirinhas, sendo que até o final da fase um a meta é atingir 100 hectares.

Foram elaborados e estão em fase de implementação os Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Lençóis, Ibicoara e Palmeiras, com meta de implantação de um aterro sanitário simplificado em Palmeiras, até o final da fase um, em 2006. O projeto promoveu ainda cursos de primeiros socorros e resgate técnico vertical para as



brigadas de combate a incêndios florestais de Andaraí, Mucugê, Ibicoara, Barra da Estiva, Palmeiras (incluindo os distritos de Carté-Açu e Campos de São João) e Lençóis, assim como o curso de informação geográfica para as brigadas de combate a incêndios florestais de Palmeiras, Vale do Capão, Lençóis e Lagoa da Boa Vista (Seabra), bem como apoiou a formação de duas novas brigadas.

**Projeto Fortalecimento da Capacidade Gerencial do Estado e dos Municípios para a Gestão Costeira do Litoral Norte do Estado da Bahia** – Abrange 13 municípios e visa o fortalecimento institucional, cujos produtos em 2005 são: Plano de Ação para o Setor de Turismo do Litoral Norte do Estado da Bahia, com ênfase na APA do Litoral Norte; Plano de Ação para o setor de ordenamento territorial do Litoral Norte do Estado da Bahia, com ênfase na APA do Litoral Norte; e Estruturação de um programa de monitoramento da qualidade das águas do Rio Pojuca com implementação de Sistema de Informações Geográficas – SIG.

No âmbito do Projeto Orla, o Plano de Intervenção da Orla Marítima do município do Conde foi concluído e aprovado pela comunidade. Iniciou-se então o processo de adesão dos demais municípios da zona costeira baiana, contando com 23 municípios interessados, os quais foram avaliados e classificados para fins de capacitação na elaboração de seus planos de Intervenção na Orla Marítima.

**Projeto Melhoria do Sistema de Monitoramento da Qualidade das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu** – Tem resultado avanços significativos na integração dos dados qualitativos e quantitativos das águas, unindo neste esforço os trabalhos do CRA e da SRH para alimentação de um banco de dados integrado a serviço da gestão ambiental. Foram realizadas em

2005 duas campanhas de monitoramento da qualidade das águas envolvendo 46 pontos de amostragem e 1.800 parâmetros analisados.

**Projeto Sistema Integrado de Informações para o Licenciamento Ambiental no Estado da Bahia** – Apóia o desenvolvimento de novas funcionalidades do sistema de acompanhamento de fluxo de processos, desenvolvido pelo CRA – o Sistema Cerberus - que evolui para tornar-se uma ferramenta de gerenciamento do licenciamento ambiental no Estado da Bahia, controlando os prazos de vencimento de licenças, cumprimento de condicionantes e controle dos autos de infração gerados no processo, além de permitir o acesso às licenças ambientais e consultas sobre a tramitação dos processos de licenciamento, através do Portal Seia ([www.seia.ba.gov.br](http://www.seia.ba.gov.br)) na internet. Para 2006 está prevista a integração de dados de licenciamento ambiental (CRA), outorga de água (SRH) e licença de desmate (SEMARH/ SFC).

## **INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**

A revisão da legislação ambiental foi concluída reunindo em uma mesma proposta, a temática ambiental, florestal, biodiversidade, unidades de conservação, gerenciamento costeiro, e produção mais limpa, consubstanciando-se na proposta da "Política Estadual de Meio Ambiente", da "Política de Proteção à Biodiversidade", e em minuta distinta, a "Política Estadual de Recursos Hídricos".

A minuta proposta é inovadora ao buscar promover a integração entre a gestão de recursos hídricos com a de meio ambiente e de proteção à biodiversidade, temas intrinsecamente relacionados, mas que, historicamente vem seguindo em separado.

Aprovadas as Políticas, ficam assegurados ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Conerh o princípio da participação e legítimas decisões importantes no âmbito da gestão dos recursos hídricos estaduais ao envolver a sociedade civil, poder público e usuários. Além disso, possibilita a realização de reuniões para deliberação conjunta com o Cepam consolidando a efetiva integração das matérias sob responsabilidade direta da SEMARH.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Através da promoção de ações de educação ambiental visando conscientizar os diversos agentes sociais, no sentido de consolidar práticas de conduta que promovam a cidadania e a preservação do meio ambiente, o Programa de Educação Ambiental alcançou plenamente as ações previstas para o presente exercício.

O processo de educação ambiental envolvido no programa "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas" em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação, realizou em 2005 o curso de capacitação de formadores ambientais, em 12 dos 23 municípios pólos, com a coordenação da Secretaria de Educação, e contou com a participação de 789 estudantes, 846 professores de 522 escolas estaduais e municipais de Bom Jesus da Lapa, Juazeiro, Paulo Afonso, Irecê, Casa Nova, Barreiras, Vitória da Conquista, Seabra, Feira de Santana, Alagoinhas, Brumado, Ibipitanga, Morro do Chapéu, Salvador, Itaberaba, Jequié, Serra Dourada, Ibotirama, Itapetinga, Ilhéus, Itabuna, Ribeira do Pombal e Valença. O capítulo Educação: Universalização e Qualidade, no volume I, deste relatório apresenta outras informações do Programa.

Roberto Barreto



Educação Ambiental – Biblioteca Parque Zoobotânico

A realização de mais uma edição do "Prêmio Bahia Ambiental" premiando as melhores iniciativas e idéias que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, com foco na conservação e gestão do meio ambiente no Estado da Bahia, recebeu 98 trabalhos técnicos, sendo ponto de prioritária atenção aqueles trabalhos que no seu desenvolvimento tenham um viés de interdisciplinaridade e controle social.

Aberto à participação de pesquisadores, universidades, centros de pesquisa, organizações do terceiro setor e prefeituras municipais, o Prêmio garante ampla abrangência para a representatividade dos extratos sociais.

A realização da 3ª edição do Prêmio Bahia Ambiental destacou os melhores projetos que contribuem para a sustentabilidade do meio ambiente no Estado da Bahia e agraciou 20 projetos ambientais selecionados com R\$ 175 mil.

A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia – Ciea-BA, realizou em junho de 2005 o I Encontro Nacional das Cieas com representantes de todos os Estados do Brasil.

No final do encontro, foi elaborada para as comissões uma carta de recomendação referente às políticas a serem adotadas para elaboração do Plano Estadual e da Política Estadual de Educação Ambiental.

A Conferência Estadual de Meio Ambiente, realizada em novembro de 2005, representa mais uma importante etapa para a construção de um espaço de convergência social por intermédio da mobilização, educação e ampliação da participação popular, com vistas ao estabelecimento de uma política de desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia e sua integração à construção das políticas nacionais.

Com o objetivo de alcançar ampla participação da sociedade em todos os recantos do território baiano e colher contribuições bem contextualizadas com a realidade local, a Conferência Estadual foi precedida por 11 Conferências Regionais sediadas nos municípios de Juazeiro, Jacobina, Seabra, Mata de São João, Feira de Santana, Valença, Vitória da Conquista, Ilhéus/Itabuna, Eunápolis, Barreiras e Salvador.

A Conferência Estadual é parte de um trabalho mais amplo de planejamento socioambiental da Bahia que, por sua vez, integra-se ao processo de formulação das políticas ambientais no âmbito do país através da articulação com a Conferência Nacional de Meio Ambiente para a qual teve a prerrogativa de contribuir, firmando posições e construindo novas propostas.

O encadeamento das conferências em quatro níveis (municipal, regional, estadual e nacional), constitui estratégia fundamental para que se pudesse colher, progressivamente, a percepção da sociedade sobre sua própria realidade socioambiental, sua visão estratégica em termos de desenvolvimento susten-

tável regional e sua contribuição para o processo de formulação e integração de políticas no âmbito do Estado e do país.

Foram estabelecidas parcerias com ONGs para co-execução do Programa de Educação Ambiental voltadas para a preservação e recuperação dos mananciais da Região Metropolitana de Salvador – RMS e para realização do projeto de uma biblioteca pública ambiental.

Dentre os principais impactos do Programa, destacam-se: a aproximação com o Governo Estadual da sociedade civil organizada (ONGs, Associações, etc.); a institucionalização da educação ambiental no Estado da Bahia e a emancipação dos agentes capacitados na compreensão de meio ambiente através da educação ambiental.

Com a missão de sensibilizar os visitantes para a necessidade de preservação do meio ambiente e manutenção de todas as formas de vida do planeta, o zoológico de Salvador conta com um programa de Educação Ambiental, dividido em três Projetos: Aprendendo no Zôo que consiste na orientação, por técnicos e estagiários, a escolas e instituições que visitam o local; Zôo Especial, criado para atendimento às escolas e instituições que trabalhem com pessoas que requeiram cuidados especiais como idosos ou portadores de deficiências; Zôo Vai a Escola, desenvolvido a partir da solicitação de escolas, instituições ou empresas para que a equipe do zôo os visite para fazer palestras ou participar de feiras e exposições.

No âmbito do saneamento ambiental, a SEDUR vem implementando programas de educação ambiental, bem como trabalhos sociais com as comunidades onde estão sendo implantados sistemas de abastecimento de água e esgotamento

sanitário. Dentre as ações implementadas em 2005 destacam-se:

- Participação na criação e treinamento dos Comitês de Gestão Ambiental com objetivo de promover a capacitação de agentes multiplicadores em educação sanitária e ambiental. Foram criados e treinados seis Comitês de Gestão Ambiental – CGA, nas Unidades de Negócios de Irecê, Vitória da Conquista, Senhor do Bonfim, Caetitê, Barreiras e Itabuna e capacitados 89 técnicos;
- Acompanhamento do Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social – Peacs/Proágua Semi-Árido. Trabalho desenvolvido em parceria com a Superintendência de Recursos Hídricos – SRH, com as comunidades dos municípios de Amélia Rodrigues e Conceição do Jacuípe; Piritiba e Mundo Novo; Planalto e Barra do Choça; Irecê e Região, atendidas pela Aduora do Feijão, 2ª e 3ª etapas, durante a implantação dos sistemas de abastecimento de água dessas localidades. Destaca-se nesse trabalho a criação de parcerias entre os Núcleos de Gestão Ambiental – Nuga, formados pelo Peacs e CGA das respectivas áreas;
- Implantação de Projetos de Educação Sanitária e Ambiental nos municípios de Itaju do Colônia e Mucuri, com a realização de cursos para agentes multiplicadores em educação sanitária e ambiental, totalizando dois cursos e 30 palestras educativas;
- Acompanhamento social junto às comunidades das barragens de Igaporã, Cristalândia, Lagoa da Torta e Riacho de Santana, participando da mobilização e organização das audiências e reuniões públicas e

*Em 2005 foram atendidas pelo programa de Educação Ambiental do Parque Zoobotânico cerca de 130 instituições, além de 8.000 alunos e 430 professores*

acompanhamento do processo de desapropriação e indenização das famílias atingidas; e

- Trabalho social junto às comunidades que serão atendidas pelos SAA e SES do Litoral Norte, com a realização de reuniões com as comunidades e lideranças para esclarecimento da importância do saneamento básico para a saúde e qualidade de vida da população, dos empreendimentos e dos possíveis transtornos decorrentes das obras.

Em atendimento aos condicionantes das obras, foram promovidas as seguintes ações:

- Realização de cursos para multiplicadores;
- Implantação do Projeto Água Viva;
- Reuniões comunitárias e palestras sobre o tema;
- Diagnóstico participativo das localidades de Açu da Torre e Açuzinho;
- Elaboração do questionário socioambiental para aplicação nas áreas situadas no entorno da ETE do empreendimento Iberostar;
- Constituição de uma comissão para acompanhamento das obras no local, composta de representantes da comunidade; e
- Trabalho Social de acompanhamento da implantação do Sistema de Disposição Oceânica – SDO



do Jaguaribe, com objetivo de divulgar os aspectos técnicos, sociais e ambientais do projeto para a comunidade no entorno da área de abrangência do mesmo. Foram realizadas 12

reuniões comunitárias envolvendo os segmentos: agentes comunitários de saúde, professores, pescadores e a comunidade em geral, além da participação em três audiências públicas.

